



Relatório de progresso relativo à execução do III Plano Nacional para Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)

Relatório de progresso relativo à execução do III Plano Nacional para Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)

Em conformidade com o estabelecido no ponto número 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de Julho, que cria o III Plano Nacional para Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), doravante designada por III PNI, apresenta-se o Relatório progressivo da execução, correspondentes ao ano de 2009.

I. Enquadramento

1.- Estrutura do III PNI (2007-2010)

O III PNI (2007-2010) estrutura-se em quatro (4) capítulos (Enquadramento, Áreas Estratégicas de Intervenção, Mecanismos de Concretização e Indicadores) definindo cinco (5) áreas estratégicas de Intervenção concretizadas em **32** objectivos e **155** medidas, às quais se associam os respectivos indicadores de resultado e de processo, bem como as entidades responsáveis pela sua execução.

No capítulo I faz-se um enquadramento do percurso e da realidade da Igualdade entre Homens e Mulheres, dos instrumentos legais nacionais e internacionais que vinculam Portugal à promoção da Igualdade de Género, bem como uma introdução a cada uma das cinco áreas estratégicas de Intervenção.

O II capítulo desenvolve as 5 Áreas Estratégicas de Intervenção:

- Área 1 - *Perspectiva de Género em todos os Domínios de Política enquanto Requisito de Boa Governação;*
- Área 2 - *Perspectiva de Género nos Domínios Prioritários de Política;*
- Área 3 - *Cidadania e Género;*
- Área 4 - *Violência de Género;*
- Área 5 - *Perspectiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.*

A área 1 - *Perspectiva de Género em todos os Domínios de Política* contempla 1 objectivo e 1 medida dirigidos à implementação de um Observatório de Género, e 5 objectivos e 21 medidas na área dos Poderes públicos, Administração Central e Local.

A área 2 - *Perspectiva de Género nos Domínios Prioritários de Política* identifica 8 domínios prioritários de política, concretizando-se num total de 16 objectivos e 76 medidas:

- Educação, Investigação e Formação (4 objectivos, 13 medidas);
- Independência Económica (3 objectivos, 19 medidas);
- Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (2 objectivos, 9 medidas);
- Inclusão e Desenvolvimento Social (2 objectivos, 10 medidas);
- Saúde (2 objectivos, 7 medidas); Ambiente e Território (1 objectivo, 3 medidas);
- Actividade Física e Desporto (1 objectivo, 8 medidas);
- Cultura (1 objectivo, 6 medidas).

A área 3 – *Cidadania e Género* contempla 6 objectivos e 28 medidas distribuídos em três sub – áreas:

- Estereótipos (3 objectivos, 13 medidas);
- Educação para a Cidadania (2 objectivo, 9 medidas);
- Apoio às Organizações Não Governamentais (1 Objectivos, 6 medidas).

A área 4 – *Violência de Género* articula-se com o PNCVD concretizando-se em 7 medidas e 1 objectivo.

A área 5 – *Perspectiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento* contempla 22 medidas e 3 objectivos, distribuídos por 3 sub áreas:

- União Europeia (1 objectivo, 6 medidas);
- Plano Internacional (1 objectivo, 6 medidas);
- Cooperação para o Desenvolvimento (1 objectivo, 10 medidas).

O III capítulo identifica os Recursos, bem como as metodologias de Acompanhamento e de Avaliação que constituem os principais mecanismos de monitorização do Plano.

No capítulo IV são apresentadas todas as medidas e, relativamente a cada uma, os indicadores de realização e resultado, as entidades envolvidas na execução e a calendarização das mesmas.

II. - Acções decorrentes das medidas por áreas de intervenção do III PNI (2007-2010), em 2009.

1. - No contexto da área 1 - *Perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação.*

A medida 1.1. da área Estratégica de intervenção “Perspectiva de Género em todos os Domínios de Política enquanto requisito de Boa Governação” do III PNI prevê que se assegurem as condições físicas e técnicas para a implementação de um Observatório de Género.

A necessidade de reunir um conjunto disperso de informação sobre igualdade de género e de recolher em permanência dados sobre esta temática, foi o mote para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento que funcionará como Observatório de Género. Este projecto concluído em 2009 pretende funcionar como um sistema de suporte, recolha, gestão, tratamento, análise e difusão de informação relativa às desigualdades e à situação comparada, em domínios da vida política, social, económica e cultural, entre homens e mulheres, permitirá articular todos os dados qualitativos e quantitativos disponíveis e recolher outros. Este sistema funcionará ainda como suporte de informação e formação para diversos públicos.

A integração da dimensão de género nas políticas e acções dos vários ministérios implica o envolvimento de um número alargado de actores e nesse contexto a implementação do Portal para a Igualdade foi de extrema relevância. O Portal para a Igualdade tem como objectivo apoiar e promover a concretização das políticas da igualdade entre homens e mulheres, incluindo o mainstreaming de género, tornando a informação acessível a todas as pessoas. Este sítio reúne informação diversa sobre a igualdade de género nas várias vertentes e dá a conhecer os mecanismos e instrumentos para a sua implementação, quer na Administração Central como Local, empresas e ONG, quer no contexto nacional e internacional. O Portal para a Igualdade procura tornar a informação acessível a todas as pessoas, estabelecendo uma maior interactividade com a população e ficou disponível a partir do dia 24 de Julho em <http://www.igualdade.gov.pt>.

Durante o ano de 2009 prosseguiram os trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Execução da Adenda ao Protocolo de Género (CIG, INE, CITE) (Dossiê de Género). Durante o ano, o INE procedeu à actualização dos indicadores nas áreas temáticas da População, Família, Saúde, Educação e Formação, Actividade, Emprego e Desemprego, e Conciliação Trabalho/ Vida Familiar. Em resultado de uma recomendação do Grupo de Acompanhamento, entrou igualmente em funções um Subgrupo de Trabalho sobre Violência de Género, composto pelas entidades que recolhem e tratam informação estatística na área da violência contra as mulheres, de forma a permitir melhorar a informação a incluir no Dossiê de Género, área Crime e Violência.

No cumprimento das medidas A, B, C, O e T da área 1.2., a CIG assegurou a coordenação dos sete Grupos de Trabalho (GT) criados para a implementação dos III PNI e III PNCVD, realizando um total de 13 reuniões de trabalho (Sob a coordenação do N-CIG: 2 reuniões com o GT da Inclusão Social; 3 com o GT da Educação, Desporto, Cultura e Media; 3 com GT da Saúde; 2 com o GT da Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação. Sob a coordenação do N-VD/VG: 1 com o GT da Segurança e Justiça; Sob a coordenação do N-CRA: 1 com o GT da Administração Local, Ambiente e Território; Sob a coordenação da U-RI: 1 com o GT da Cooperação e Relações Internacionais). Realizaram-se reuniões de trabalho com representantes de outras entidades que integram estes GT, de que são exemplos a reunião realizada com a representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, com vista a apoiar a integração da dimensão da igualdade no funcionamento interno daquele organismo e a dar início aos contactos com o Programa dos Bairros Críticos, e a reunião com a Conselheira da Saúde com vista a apoiar o preenchimento dos quadros de avaliação intermédia remetidos pelo CES em Outubro de 2009.

Foram construídos três guiões como instrumentos que permitem a integração da dimensão de género na definição e implementação dos Planos para Igualdade na Administração Pública Local, Planos para Igualdade na Administração Pública Central (Ministérios e inter-departamentos, *mainstreaming* de género) e Planos para Igualdade nas Empresas.

Também neste âmbito, realizou-se uma reunião sobre “Guiões de Implementação de Planos para a Igualdade na Administração Central e Local” no ISCTE no dia 5 de Fevereiro de 2009, dirigido às Conselheiras para a Igualdade da Administração Pública Central e Local, com objectivo de dinamizar a figura de conselheira/o e incentivar a realização dos planos sectoriais de igualdade.

Realizou-se uma sessão de formação sobre *A comunicação e a linguagem como mecanismos que reproduzem a desigualdade*, destinada a pessoal técnico da Câmara Municipal de Matosinhos, com a duração de 3.30h, a 16 de Fevereiro, a pedido do CESIS e no quadro do Projecto daquela Autarquia de elaboração do Plano Municipal para a Igualdade.

Sob proposta do N-CIG e organizada conjuntamente com a U-RI, teve lugar, a 5 de Maio, uma sessão intitulada *Convenção CEDAW e Planos para a Igualdade*, destinada a Conselheiras e Conselheiros Ministeriais e outros representantes Ministeriais envolvidos no relatório CEDAW. Com a finalidade de dinamizar a figura de conselheira/o e incentivar a realização dos planos sectoriais de igualdade, a sessão esteve a cargo da Dr.^a Regina Tavares da Silva, ex-perita do Comité CEDAW da ONU, e teve como objectivos dar a conhecer a Convenção CEDAW e as implicações do seu carácter normativo, bem como equacionar o modo como os Planos Sectoriais para a Igualdade poderão integrar as orientações da Convenção CEDAW e contribuir para a sua implementação. Prevista para 2.30h a 3h, a sessão teve uma duração de mais de 4 horas em virtude do longo debate e das muitas dúvidas e questões que foram apresentadas à oradora.

Ainda no âmbito da avaliação do III PNI, foi assegurada uma articulação directa com a equipa do CES, durante os meses de Outubro e Novembro, com vista a fornecer informação actualizada àquela equipa para se efectuarem os contactos ministeriais necessários à avaliação intermédia do III PNI, estabeleceu-se ainda a articulação entre os núcleos da CIG para o envio de informações solicitadas por aquela equipa.

No cumprimento da medida L da área 1.2., assegurou-se a coordenação do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, de Graça Abranches, editado pela CIG e a sua divulgação e distribuição pelas e pelos representantes ministeriais que integram os GT do III PNI da Educação, Desporto, Cultura e Media; da Saúde; da Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação e da Inclusão Social. O mesmo Guia foi, ainda, divulgado junto da Câmara Municipal de Matosinhos, na sequência da formação ministrada pelo N-CIG sobre Comunicação Inclusiva.

Foi promovida a formação e sensibilização em igualdade de género, inicial e permanente, para actores sociais (Conselheiras/os; Formadores/as; Dirigentes; Agentes Educativos, ...) da Administração Pública Central e Local, nomeadamente, nas seguintes acções: “Na política, as mulheres são capazes”; “Liderança e Igualdade: novos paradigmas da Administração Pública”; “Igualdade de género e não discriminação: formação inicial para Cidadania e Igualdade de Género”; e “Formação para Conselheiras/os”. Foram elaborados programas de formação para as acções “Formação para Formadores/as” e “Conteúdos de formação para profissionais da área social”.

No âmbito da colaboração com as autarquias, a CIG participou na Semana Social do Seixal cujo tema central foram os direitos humanos e assinou um protocolo de cooperação com este município, para além de ter co-organizado em conjunto com a Câmara Municipal de Loures, um ciclo de workshops com a Rede Social, com vista à concepção do Plano Municipal para a Igualdade.

2. - No contexto da área 2, *Perspectiva de Género nos Domínios Prioritários de Política.*

2.1. - *Educação, Investigação e Formação.*

Mantém-se em vigor o protocolo de cooperação entre a CIG e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, para financiamento de projectos de investigação no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens.

No âmbito do Grupo de Trabalho “Educação, Desporto, Cultura e Media” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da

Educação, Investigação e Formação (2.1). No cumprimento das medidas A e M, e no âmbito do GT realizou-se uma Oficina de Formação, de 50 horas, sobre Género e Cidadania na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, acreditada pelo CCPFC de Professores com 2 créditos, e promovida pela Escola Superior de Educação de Santarém. Realizaram-se 3 edições da Oficina: uma em Santarém para educadoras de infância (1 turma) e 2 na Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira (2 turmas, devido ao elevado nº de inscrições), abrangendo 60 formandas e formandos. A CIG assegurou a realização das duas edições da Oficina que tiveram lugar em Vila Franca de Xira, integrando-se esta iniciativa no protocolo estabelecido entre a CIG e esta escola. A Oficina incluiu o desenvolvimento de algumas actividades, em elaboração para o Guião “Género e Cidadania”, com as turmas das e dos formandas/os (envolvendo um total 19 turmas). O objectivo da oficina foi consolidar os conhecimentos do corpo docente e apoiar e acompanhar as suas propostas de integração da dimensão de Género nas práticas pedagógicas, encarando-o como eixo estruturante do currículo, em especial nas áreas não disciplinares como a Área de Projecto e a Formação Cívica, bem como na organização e funcionamento escolares.

Foram celebrados 2 protocolos com instituições de ensino superior visando a integração da dimensão de género na educação – Escola Superior de Educação de Santarém e Escola Superior de Educação de Lisboa.

No cumprimento da medida C da área 2.1., foi concebida e produzida uma publicação intitulada O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos. (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios. Apresentando um conjunto de check-lists para a concepção e avaliação de produtos pedagógicos, a publicação destina-se às Comissões de Avaliação de Manuais Escolares, a editoras e a autoras e autores de manuais escolares, bem como às e aos docentes responsáveis pela escolha dos manuais escolares para adopção pelas respectivas escolas.

Em articulação com a Conselheira do ME, foram distribuídas por todos elementos das Comissões de Avaliação, em funcionamento em 2009, três publicações da CIG: Desporto na Escola. Educando para a Igualdade; Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública; O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos. (in)Visibilidades e (des)Equilíbrios.

No cumprimento das medidas D, E e F da área 2.1., a CIG coordenou a concepção de um Guião Pedagógico sobre Género e Cidadania destinado ao pré-escolar e ao 3º ciclo do ensino básico.

O Guião apresenta um conjunto de propostas para educadoras e educadores de infância e de actividades aplicáveis nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no secundário - no ensino regular, nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais; nas actividades de direcção de turma e no apoio psicológico e de orientação escolar. Destinado de forma especial à Formação Cívica, o conjunto de propostas do Guião podem ser desenvolvidas em todos os anos de escolaridade, do 5º ao 12º anos e integram-se na quase totalidade dos programas curriculares. Constituindo um Guião em aberto, a ser utilizado como ponto de partida por cada docente, grupo de docentes e escola, a concretização das

suas propostas pode assumir diferentes dimensões - actividades, de maior ou menor duração; projectos passíveis de desenvolvimento, com maior ou menor abrangência e duração; ao nível de turma, de disciplina/departamento, de ano/ciclo, de escola/agrupamento escolar.

Renovou-se o protocolo entre a CIG e a Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira, e desenvolveu-se um Projecto de Intervenção sobre Género e Educação, nesta escola-piloto que incluiu:

- Mostra de recursos “Educar para a Igualdade. Género e Cidadania e Sessão de Inauguração, promovidas pela Biblioteca da Escola com o apoio da CIG; Sessão sobre "Género e Educação para a Saúde" dinamizada pelo Dr. Vasco Prazeres (médico, Direcção Geral da Saúde), de sensibilização da comunidade escolar;
- Apoio à Associação de Estudantes para a incorporação dos temas da Igualdade entre Mulheres e Homens e da Violência de Género nas suas actividades, facilitando os contactos entre a Associação e a RPJOMH; fornecendo informação e materiais para a Campanha pela Não Violência no Namoro, desenvolvida pela Associação na escola, em Janeiro e Fevereiro; apoiando a Associação na elaboração de fichas para sensibilização dos 2º e 3º ciclos do EB, e colaborando nas actividades realizadas pela mesma no dia 13 de Fevereiro, em comemoração do Dia dos Namorados: Sessões de Debate ao longo de todo o dia, destinado a todas as turmas do ensino secundário, envolvendo 450 alunas e alunos, e actividades no espaço exterior da escola dirigido a toda a comunidade escolar. Apoio à Campanha de Educação Sexual promovida pela Associação na sequência da Campanha Contra a Violência no Namoro.
- Reuniões de trabalho com docentes, directores/as de turma, profissionais de orientação escolar e elementos do órgão de gestão da escola e elementos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com vista a integrar a dimensão de género nas práticas pedagógicas – nos diversos contextos curriculares, disciplinares e não disciplinares, extra-curriculares – nos instrumentos e organização escolares e nos projectos a desenvolver pela escola com a comunidade educativa.
- Consultoria pedagógica de algumas actividades do Guião Pedagógico “Género e Cidadania”: aplicação e/ou adaptação (e respectiva avaliação) de algumas dessas actividades.

Estabeleceram-se contactos e realizaram-se reuniões com psicólogas/os e profissionais dos serviços de orientação escolar de escolas de Setúbal, Porto e Vila Franca de Xira sobre as questões que se colocam à integração da dimensão de Género na orientação escolar e a apreciação de algumas propostas do Guião “Género e Cidadania”, constituindo-se um focal-point a ser acompanhado em 2009/2010.

Participou-se nos dois grupos de trabalho que procederam à análise e à 1ª selecção dos trabalhos apresentados ao Concurso “A minha escola pela não violência” e integração da representação da CIG na Sessão de Entrega de Prémios, organizado pela CIG em colaboração com a DGIDC/ME.

Organizou-se, conjuntamente com a Escola Básica Integrada de Fragoso, uma sessão sobre *Masculinidades*, de 3 horas, dirigida exclusivamente a rapazes do 9º ano de escolaridade. Esta sessão consistiu numa iniciativa-piloto integrada no Projecto Internacional “Ellos También”, foi dinamizada pela *Associação Homens Galegos pola Igualdad* e permitiu incorporar a Escola na parceria, a nível nacional, a ser coordenada pela CIG no âmbito do mesmo Projecto, em 2010.

Garantiram-se as respostas a solicitações de escolas, de apoio à implementação de projectos e/ou realização de actividades que visem a integração da dimensão de género na escola e a inclusão de temáticas sobre as Mulheres na prática pedagógica, curricular e extra-curricular. Com vista a identificar escolas-piloto, a encetar parcerias em 2010 e a consolidar a colaboração com as escolas nos próximos anos lectivos, realizaram-se reuniões de trabalho com 4 agrupamentos escolares das regiões do Porto e de Lisboa.

Acompanhou-se a elaboração e a organização da publicação sobre Adelaide Cabete. Inicialmente proposta com o objectivo de se destinar às escolas, integrando a Coleção Fio de Ariana, cruzando feminismo, republicanismo e participação política, teve de, face à proposta apresentada pela autora, ser revista e reorganizada, o que inviabilizou a sua publicação em 2009.

No cumprimento das medidas J e M da área 2.1., o N-CIG participou na sessão sobre Género e Representação Visual em Produtos Educativos, integrada na disciplina de “Género e Educação” da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, realizada a 24 de Abril de 2009. Esta sessão enquadra-se na colaboração que existe entre a CIG e aquela instituição de ensino superior, desde 1998, no âmbito da qual, tem sido regularmente solicitada a especialistas da CIG, em Género e Educação, sessões destinadas a discentes das licenciaturas em Ciências da Educação e em Serviço Social, bem como do Mestrado em Educação de Adultos da mesma Faculdade.

É ainda relevante que a CIG, através do Núcleo para a Promoção da Cidadania e da Igualdade de Género (N-CIG), coordenou o projecto de concepção e elaboração do Guião Pedagógico Cidadania e Igualdade de Género, que constituiu também uma resposta da CIG às Recomendações e ao Programa de Acção emanado do Fórum de Educação para a Cidadania, promovido pelo Secretário de Estado da PCM e pela Ministra da Educação, entre Setembro de 2006 e Maio de 2008. O Projecto envolveu uma equipa autora de 11 pessoas (10 investigadoras e 1 investigador), uma equipa de consultoria formada por 3 investigadoras e duas coordenadoras de sub-equipa (do pré-escolar e do 3º ciclo), pertencentes, no conjunto, a 8 instituições de ensino superior (Universidades de Braga, Coimbra, Lisboa, Porto e Aberta e Institutos Politécnicos de Lisboa, Santarém e Porto) e à Direcção-Geral da Saúde, integrando, ainda, uma desenhadora para ilustração da parte do Guião destinada ao pré-escolar, e uma designer gráfica para elaboração do protótipo final. A CIG manteve uma estreita articulação com a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) que assegurou a apreciação do Guião no que se refere à sua adequação ao currículo e às orientações do Ministério de Educação.

Organizou, no âmbito do Projecto, reuniões semestrais com toda a equipa do Projecto e à DGIDC; reuniões mensais de coordenação com as duas coordenadoras das sub-equipas; reuniões de trabalho trimestrais com a equipa do 3º ciclo; reuniões de trabalho com as 3 consultoras e com estas e algumas das autoras do Guia; reuniões com as representantes da DGIDC durante o processo de elaboração e na fase de apreciação por parte da DGIDC.

O projecto contou com uma docente, na situação de partilha a 50%, que assegurou o trabalho de coordenação da equipa do 3º ciclo (formada por 8 das 11 autor@s do Guião), assegurou a organização e estruturação do Guião destinado a este ciclo, estabeleceu a ligação entre 2 das 3 consultoras e a respectiva sub-equipa e acompanhou o trabalho de concepção gráfica e de paginação do protótipo.

O resultado do projecto consiste num Guião Pedagógico de 500 páginas, subdividido em capítulos/módulos, distribuídos por uma parte teórica, sobre as problemáticas do Género, Cidadania, Currículo e Transversalidade, e uma parte prática, com diversas sugestões e propostas para educadoras e educadores de infância agrupadas em 10 áreas/linhas de intervenção e com 29 propostas de actividades (sobre os temas do Corpo, Saúde e comportamento de risco, TIC, Liderança e Tomada de Decisão e Orientação Escolar) aplicáveis nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no secundário; nos cursos do ensino regular, nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais; nas actividades de direcção de turma e no apoio psicológico e na orientação escolar. A coordenação do Projecto foi assegurada pelo N-CIG, em estreita colaboração com a CEPDF.

Foram criados referenciais orientadores da formação sobre a temática do Tráfico de Seres Humanos (TSH) e Violência Doméstica (VD) garantindo a uniformização de procedimentos e intercâmbio de saberes. Estes referenciais de formação foram efectuados para as “Forças e Serviços de Segurança” e para os Profissionais de Saúde. Os primeiros têm em consideração o enquadramento dos fenómenos da violência doméstica e do tráfico de seres humanos, nas suas diferentes dimensões e numa visão de orientação para a acção; as necessidades de terreno dos elementos das forças de segurança, assim como, a necessidade das técnicas de investigação a que necessitam de dar resposta; a especificidade da entrevista policial e a sua condução; a estabilização emocional e acompanhamento da vítima. No que se refere aos referenciais para profissionais de saúde os objectivos eram: a criação de um módulo sobre a temática de TSH e VD a integrar na formação, com o objectivo de propiciar a recolha de indícios favoráveis à detecção de situações de Tráfico e VD, e a produção de um manual de formação contendo o enquadramento dos fenómenos do tráfico e violência doméstica, nas suas diferentes dimensões numa visão de orientação para a acção. Este manual formativo estrutura-se, por um lado, tendo em conta as necessidades de terreno destes profissionais, por outro lado, a necessidade das técnicas de investigação a que necessitam de dar resposta.

2.2. - Independência económica.

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas

ao Domínio da Independência Económica (2.2). No cumprimento das medidas A,B,D,E, J e K. foram realizadas as seguintes actividades:

- Workshop “Empreendedorismo Feminino – uma solução no combate à crise”;
- Lançamento de uma Rede “Ser Empreendedor@” e um Workshop digital, cujo objectivo foi fomentar o empreendedorismo feminino, mobilizar as mulheres desempregadas para o auto-emprego, bem como a divulgação de casos de sucesso;
- Participação/intervenção nas Jornadas Ibéricas do Projecto “Dê uma Oportunidade ao Talento” promovido pela APME, com apresentação de boas práticas em pequenas e médias empresas e micro-empresas em 23 de Outubro de 2009;
- Acompanhamento da RSO - Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações através de reuniões de trabalho e divulgação da informação sobre planos para a igualdade nas empresas e empreendedorismo feminino;
- Acompanhamento das reuniões de trabalho do Comité da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) para a criação de uma “norma guia de qualidade sobre organizações familiarmente responsáveis” na promoção da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional;
- Acompanhamento de um projecto transnacional do Programa Leonardo Da Vinci, intitulado “Fro-Family Responsible Organisations”, através de: uma acção formativa em Portugal para pessoas que trabalham na área da responsabilidade social das empresas e da conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional; participação e intervenção na conferência final do Projecto em Bruxelas e apresentação de relatório final; Acompanhamento e parecer sobre o “Sistema Parental na Islândia” no âmbito do Programa de Intercâmbio de Boas Práticas de Igualdade de Género em Reykavik;
- Parecer sobre a responsabilidade social da companhia IBM Portuguesa, SA;
- Acompanhamento do Projecto Equal “Diálogo Social e Igualdade nas Empresas”, através de reuniões de trabalho, acções de formação nas empresas sobre igualdade de género;
- Realizaram-se, ainda, duas sessões sobre Comunicação Inclusiva na empresa AXA, destinada a profissionais de recursos humanos, marketing, auditoria e informação e publicidade daquela empresa e a pedido da mesma, na sequência da parceria da CIG no Projecto Diálogo Social, realizadas, respectivamente, em Lisboa e no Porto.

Para cumprir a medida L do III PNI, organizou-se o Prémio “Igualdade é qualidade”. Este Prémio foi lançado pela 1.ª vez em 2000 com o objectivo estratégico de prestigiar as empresas, cooperativas, associações e outras entidades sem fins lucrativos que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e por boas práticas no âmbito da igualdade de género e da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Em 2009 a responsabilidade do Prémio (até então promovido pela CITE) passou a ser co-partilhada pela CIG e co-financiada pela tipologia de Intervenção 7.5 do Eixo 7 – Igualdade de Género do POPH. Lançada a 8.ª edição (correspondente ao biénio 2008/2009) no dia

16 de Março de 2009 foram recepcionadas onze candidaturas, que após avaliação foram seleccionadas 6 entidades, que receberão o prémio em 2010.

2.3. - Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

No âmbito do Grupo de Trabalho “Independência Económica, Empreendedorismo e Conciliação” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (2.3).

No cumprimento das medidas A, B, C da área 2.3. a CIG realizou as seguintes actividades:

- Acompanhamento dos Sub-Grupos de Trabalho da Comissão para as Políticas de Família, através de reuniões de trabalho, contributos para a realização de folhetos informativos, preparação de um guia de recursos sobre conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional;
- Uma acção de sensibilização/informação sobre famílias, no âmbito da Comemoração do “Dia Internacional da Família” na Escola E.B.2,3 Vieira da Silva, dirigido a discentes do 5º ano de escolaridade;
- Coordenação do portal “Universos de conciliação” do projecto “Conciliar é Preciso”, com informação sobre práticas inovadoras na área da conciliação, tendo sido validados 398 conteúdos e contabilizados 170.722 visitantes.
- Em articulação com a AXA e coordenado e organizado pela CIG, (envolvendo três unidades: N-CIG, N-CRA e Delegação Norte) realizou-se uma sessão sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens, intitulada *OXES - ver do outro lado*, em três locais (1 no Porto e dois em Lisboa). Estas três sessões integraram o evento interno, anual, da AXA, "Viva Melhor", na sua VII edição, que decorreu nas duas primeiras semanas de Outubro 2009, e que engloba várias actividades relacionadas com o equilíbrio vida pessoal/profissional e protecção ambiental.
- Acção de formação sobre “Conciliação do Trabalho e da Vida Familiar”, organizado pela Associação para o Desenvolvimento do Torrão, em Alcácer do Sal, dirigido a técnicos/a da Rede Social do concelho de Alcácer do Sal;
- Duas acções de formação sobre “Trabalho e Emprego, conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional”, promovido pelas autarquias de Loures e Vila Franca de Xira, dirigidas a técnicos da rede social e agentes de intervenção;
- A CIG fez parte e presidiu ao Júri do Concurso Escola com Pinta, promovido pela CIN e pela Kidzania com o apoio da DGIDC, destinado a todas as escolas dos ensinos básico e secundário e que, no quadro da Educação para a Cidadania, teve como objectivo a produção de um trabalho de pintura sobre o tema “Cidadania”.
- Eleva ainda nestes domínio, o estudo sobre a aplicação da Lei da maternidade e da paternidade em Portugal foi estruturado em conformidade com a caracterização que se segue: a) A partir

dos registos estatísticos oficiais caracterizar a situação do país, numa perspectiva longitudinal que abarque a última década, a nível do tempo de licenças por maternidade e por paternidade utilizado por mães e pais de crianças nascidas ao longo deste período, através de uma análise à escala nacional e regional que tenha em conta o sector de actividade, profissão, situação na profissão e tipo de vínculo contratual de mulheres e de homens, e identifique dinâmicas e tendências; b) Analisar trajectórias profissionais e parentais de homens e mulheres com filhos até aos 15 anos, em diferentes gerações; c) Conhecer a perspectiva das entidades empregadoras sobre a utilização de licenças por maternidade e por paternidade no âmbito das suas organizações e sobre as políticas organizacionais neste domínio; d) Identificar as perspectivas e as experiências de mães e pais que integrem a população activa que tenham ou não usufruído de licenças por maternidade e paternidade; e) Examinar as mudanças ocorridas nos usos do tempo de mães e de pais com filhos menores de 15 anos; f) Comparar a situação de Portugal com a de outros países: a nível da participação de mulheres e homens nas diferentes esferas sociais e em particular no mercado de trabalho; das carreiras profissionais e processos de progressão profissional; das políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar e da provisão de serviços às famílias. O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

2.4. - Inclusão e desenvolvimento social.

No âmbito do grupo de trabalho “Inclusão Social” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas ao Domínio da Inclusão e Desenvolvimento Social (2.4), assegurando o acompanhamento da Comissão Nacional para o Ano Europeu Contra a Pobreza e Exclusão Social com vista à preparação do programa nacional e o acompanhamento de iniciativas a decorrer em 2010, para além da emissão de um parecer sobre a entidade Coolabora, CRL para a integração do GT de Inclusão Social.

No cumprimento das medidas D, H e I da área 2.4., a CIG deu início a uma colaboração com a Iniciativa Bairros Críticos, visando as populações socialmente desfavorecidas e de contextos sócio-geográficos de exclusão social, nomeadamente os bairros da Cova da Moura (Amadora), Vale de Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). No mesmo sentido encetaram-se contactos com ONG que trabalham com comunidades carenciadas e com os Bairros Críticos e assegurou-se o envio do folheto sobre a MGF, produzido no quadro do I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (MGF), pelo respectivo G.T.

O estudo sobre a temática específica do Empreendedorismo das Mulheres Imigrantes em Portugal, efectuado pela OIM, decorreu da necessidade de aprofundar o conhecimento das estratégias empresariais das mulheres imigrantes em Portugal no tocante à sua extensão, intensidade e configuração, de modo a permitir a definição de políticas e acções tendo em conta a dimensão de género, partiu da premissa que a realidade do empreendedorismo das imigrantes é complexa e

pluridimensional e de que a sua análise pode ser feita sob diferentes abordagens, consoante o tipo de informação e de variáveis que se considerem. O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

2.5. – Saúde.

No âmbito do grupo de trabalho “Saúde” a CIG prosseguiu o acompanhamento da implementação das medidas constantes no III PNI relativas a aquele domínio (2.5), elaborando nomeadamente, em conjunto com a Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, os termos de referência de um grupo de trabalho designado por “Comunicação e Advocacy – Mulheres e VIH”, dando cumprimento aos compromissos assumidos na Carta do Rio que apela ao estabelecimento de uma agenda de cooperação horizontal no quadro da CPLP que fortaleça as respostas nacionais para combater a feminização da epidemia de VIH/SIDA, integrando esse tema de acordo com a realidade de cada país. Este grupo de trabalho terá como missão a construção de uma agenda de comunicação, e de advocacy e de sensibilização com vista ao enfrentamento da feminização do VIH/SIDA, através do aumento da disponibilidade e adesão ao uso do preservativo feminino e masculino.

Ainda sobre a problemática da saúde sexual e reprodutiva, a CIG participou na elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP.

Destaca-se ainda a participação da CIG na campanha/ folheto sobre a gravidez e o VIH, iniciativa da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, nomeadamente, dando parecer técnico sobre as várias propostas apresentadas por aquela entidade.

A CIG prosseguiu a coordenação do “Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina”, tendo acompanhado a implementação das medidas aí previstas. Destacam-se como actividades que envolveram o colectivo do grupo de trabalho, e em particular a CIG, a publicação, disseminação e distribuição de folheto sobre MGF e a realização de evento sobre a MGF no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de Dezembro de 2009), com a participação e implicação da CPLP. Em relação ao folheto sobre MGF a CIG assumiu particularmente a sua distribuição junto de, entre outros públicos destinatários, Deputad@s, Comissões Parlamentares, Embaixadas, Organismos Públicos da Igualdade e da Saúde dos Países da CPLP, Municípios, Associações de Professores/as, Centros de Investigação e Organismos públicos estratégicos, bem como organizações várias que operam em contextos socialmente desfavorecidos e com intervenção territorial em bairros com predominância de população de origem africana (Cova da Moura, Cruz Vermelha, Quinta da Princesa etc.).

2.6. - Ambiente e território

Foram preparados os procedimentos adequados para a publicação, em 2010, do estudo e do guia “Género, Ambiente e Território”.

Este estudo, que fora desenvolvido por uma equipa de investigadores do Centro de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, contando para a sua elaboração de um co-financiamento no âmbito do QREN/POPH (tipologia de intervenção 7.1), visou a promoção de um diagnóstico nesta temática [Género, ambiente e território] bem como a criação de indicadores de género nestas mesmas áreas, tendo em vista quer um maior e melhor conhecimento, quer a definição dos conceitos-chave relacionados com o *mainstreaming* de género no âmbito da valorização do território (em especial na área do “ambiente e território” afim ao sector das “infra-estruturas/ acessibilidades e transportes”.

Entretanto, a informação produzida neste domínio foi utilizada no conjunto das acções realizadas ao longo de 2009.

2.6. - Actividade física e desporto

No cumprimento da medida B da área 2.7., no âmbito das reuniões deste G.T., foi possível apurar, junto do Instituto Desporto Portugal, que o modelo de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo para 2010 já contempla a Igualdade de Género.

Em 2008 foi firmado entre a CIG e a Comissão Organizadora da Segunda Edição dos Jogos da Lusofonia (COJOL), um protocolo de cooperação que visou garantir de uma forma adequada a promoção da igualdade de género em toda a linha de comunicação a seguir nos II Jogos da Lusofonia que se realizaram entre 11 e 19 de Julho de 2009. Entre os compromissos estavam a utilização de uma linguagem inclusiva, a participação equitativa de mulheres e homens nas diversas actividades desportivas, a instituição de prémios especiais para a melhor treinadora em igualdade de circunstâncias com o melhor treinador, bem como para a melhor atleta feminina e para o melhor atleta masculino. Recomendou ainda, o acompanhamento do processo de designação dos árbitros de modo a promover a paridade entre cada um dos sexos. Na sequência desta parceria, a CIG responsabilizou-se pela organização de duas conferências a primeira foi dedicada ao tema “As mulheres Portuguesas no Desporto” e a segunda à “Dimensão de Género nas Práticas e Políticas Desportivas”. As conferências, em formato de painel, foram integradas no programa social e cultural dos jogos, que contemplava a realização de um vasto conjunto de conferências temáticas, onde foram discutidas questões ligadas à igualdade de género nas práticas e políticas desportivas, advogando-se a criação de medidas que permitam a integração das mulheres nesta área.

3. - No contexto da área 3, *Cidadania e género*

3.1. – *Estereótipos*

No âmbito desta área foram lançados os procedimentos para a promoção de uma campanha de sensibilização a nível nacional que alerte para a importância do princípio da igualdade entre mulheres e homens no acesso a lugares de decisão. Num ano marcado por vários actos eleitorais, a Lei da Paridade foi acompanhada por uma campanha de sensibilização, ao nível nacional, para dar a conhecer as razões e os objectivos da Lei e as vantagens de uma democracia mais paritária, tendo adoptado como tema “As mulheres fazem a democracia melhor. A diferença faz a igualdade.”

À semelhança de anos anteriores foi atribuído o prémio Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social, que visa premiar os trabalhos de publicidade e de reportagem que defendam o respeito pelos Direitos Humanos de mulheres e de homens.

O Prémio, co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) / Eixo 7 – Igualdade de Género – Tipologia 7.5, teve como objectivo estratégico criar um ambiente propício à igualdade de Género, fomentando uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres e dos homens nos meios de comunicação social, dando visibilidade e expressão às questões políticas, sociais, económicas e culturais, com que se deparam.

Concorreram trinta (30) trabalhos, dezoito (18) em suporte papel, oito (8) em formato vídeo digital, três (3) em formato CD áudio digital, e um PowerPoint, veiculados por órgãos de comunicação social, durante o ano de 2008.

Analisadas as 30 candidaturas, o júri decidiu por unanimidade que o Prémio deveria ser atribuído ao trabalho: “*Mulheres: a outra metade da humanidade*”, da autoria de Ana Catarina Reis Pires, publicado no Suplemento Notícias Magazine do Diário de Notícias e do Jornal Notícias, no dia 4 de Maio de 2008, e a atribuição de três (3) Menções Honrosas aos seguintes trabalhos: “*Mulheres não Chegam ao Topo*”, da autoria de São José Almeida, publicado no Suplemento de Economia do Jornal Público, no dia 28 de Março de 2008, “*Marçadas para a Vida*”, da autoria de Céu Neves, publicado no Diário de Notícias, no dia 27 de Novembro de 2008, e Radionovela “*Aprender de Ouvido: As Jovens*”, emitida de 2 de Agosto a 11 de Outubro de 2008, pela Rádio Internacional Deutsche Welle (redacção portuguesa).

Dada a dimensão e o impacto desta iniciativa, e a importância dos meios de comunicação social, enquanto veículo de informação mais abrangente, na abordagem das questões de Igualdade de Género, a CIG considera de extrema relevância dar continuidade à mesma.

Ainda no contexto da área 3, Cidadania e Género e no âmbito do domínio prioritário dos Estereótipos, refere-se que, todo o trabalho desenvolvido pelo N-CIG, e em especial nas áreas da Educação, Investigação, Ensino Superior, Conciliação e Desporto, têm como eixo estruturante a eliminação dos estereótipos de género e visam, de forma sistemática e continuada, a integração da

dimensão de género na educação para a cidadania. A formação de grupos estratégicos, e de forma muito particular de docentes, teve como finalidade a eliminação dos estereótipos de género, quer nas práticas quotidianas, com especial relevo para as educativas, quer nas culturas organizacionais das diversas instituições, e de modo muito particular na cultura organizacional escolar.

No cumprimento das medidas G, J, M da área 3.1., a CIG e o CENJOR, com o apoio do GMCS, prepararam o Seminário Formativo “Género e Informação”, com vista à sensibilização e formação de jornalistas e profissionais para algumas problemáticas directamente relacionadas com a integração da perspectiva de género no jornalismo e na comunicação social.

No cumprimento da medida L da área 3.1., o Guião Pedagógico “Género e Cidadania” integra actividades de desconstrução das mensagens veiculadas pela comunicação social, procurando o desenvolvimento, por crianças, jovens e pessoas adultas, de competência necessárias a um olhar crítico e à desconstrução das mensagens sexistas veiculadas pelos média. A Oficina de Formação destinada a docentes e realizada em Vila Franca de Xira procurou sensibilizar o corpo docente para a leitura crítica das mensagens mediáticas na perspectiva de género e para a importância desta dimensão na sua prática educativa.

Releva ainda, o estudo sobre discriminação em função da orientação sexual e identidade de género em Portugal realizado pela TecMinho (Universidade do Minho) pretendeu: a) Analisar a mudança ocorrida nos discursos institucionais/científicos sobre as questões da orientação sexual e identidade de género e consequente visibilidade e problematização social; b) Definir e delimitar os conceitos de homossexualidade, transexualidade e outros que estejam articulados teoricamente com a orientação sexual e com a identidade de género; c) Captar as representações sociais sobre as pessoas LGBT e indagar sobre a existência de uma hierarquização nas percepções de discriminação de distintos públicos-alvo consoante o Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa; d) Identificar os percursos parentais, de ascendência e descendência, das pessoas LGBT e o seu impacto no exercício da cidadania plena; e) Auscultar o fenómeno da violência doméstica nos casais LGBT; f) Conhecer os contextos sociais que promovem e facilitam o aparecimento de fenómenos como a homofobia, transfobia, crimes e discursos de ódio relacionados com a orientação sexual e identidade de género; g) Traçar um perfil da situação actual das pessoas LGBT, com base nos registos estatísticos oficiais e/ou outros instrumentos, que permitam um aprofundamento do conhecimento desta realidade no nosso país; h) Delinear o percurso legislativo, nacional, europeu e internacional, relativo à orientação sexual e identidade de género, em particular no acesso à habitação, aos cuidados de saúde, ao sistema educativo, à justiça e a aquisição de bens e serviços, identificando potenciais lacunas no quadro legislativo português; i) Descrever a história dos movimentos LGBT em Portugal; j) Fazer um levantamento dos estudos sobre orientação sexual e identidade de género produzidos em Portugal; k) Inventariar as organizações que actuam nesta área em Portugal. O prazo de conclusão do mesmo foi 31 de Outubro de 2009.

3.2. – Educação para a Cidadania

No cumprimento das medidas B e G da área 3.2., a CIG promoveu a coordenação da concepção e a produção de um Guião Pedagógica sobre Género e Cidadania.

A Cordoaria Nacional acolheu a 3ª edição da Feel Woman entre 20 e 22 de Março. A organização, pela segunda vez consecutiva convidou a CIG a participar neste certame que pretendeu reunir um conjunto de temas relacionados com as mulheres. Neste espaço cuja pretensão era a de que as mulheres se actualizassem em relação a todos os temas femininos através de experiências que lhes são 100% dedicadas, a Feel Woman definiu-se em 2009, com o tema “As mulheres e o poder – os mitos femininos”, o que veio de encontro ao tema da nossa última campanha nacional sobre tomada de decisão. A CIG esteve assim presente com um stand em que promoveu os seus materiais de divulgação e o Eixo 7 do POPH/QREN. Foram distribuídos nos três dias mais de 1500 folhetos (Violência no namoro, tomada de decisão, tráfico de seres humanos), bem como 200 baralhos de cartas “Viver em igualdade”, agendas temáticas “a evolução do voto feminino em Portugal” e materiais sobre o “tráfico de seres humanos”, bem como publicações e outros materiais de divulgação. A Feel Woman contou ainda com um pequeno espaço de debate onde a CIG participou nos temas “Mulher na Política – Uma mudança geracional”, onde esteve presente a Presidente da CIG, Elza Pais e o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão e “Empreendedorismo /conciliação vida pessoal, familiar e profissional”, que contou com a presença da Secretária Técnica para a Igualdade, Manuela Marinho. Estas sessões foram dinamizadas pela Embaixadora da Feel Woman, Luísa Castel-Branco.

Pode ainda registar-se a participação e intervenção no IV Seminário designado “A Educação para os Direitos Humanos”, promovido pela Escola Secundária da Rainha Santa Isabel, em Estremoz, dirigido para alunos/as dos 10º e 11º anos de escolaridade

Também importa referir a participação no projecto LIGO – Leitura e Igualdade de Género e de Oportunidades, o qual foi promovido pela Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e tendo a CIG como parceira. Os objectivos do Projecto LIGO cruzam a promoção da leitura e a reflexão sobre as relações de género, com vista ao desenvolvimento do espírito crítico, competência fundamental para o exercício da cidadania, a desconstrução dos estereótipos de género e a promoção da igualdade efectiva entre mulheres e homens, objectivos coincidentes com muitos dos objectivos do III PNI.

A parceria com a CIG enquadra-se na prossecução dos objectivos do Projecto do Guia “Género e Cidadania”, desenvolvido pela CIG em 2008-2009.

Com o Projecto LIGO, a Escola pretende dar sustentabilidade, no próximo ano lectivo, às actividades iniciadas durante este ano, no quadro do protocolo entre a CIG e a Escola.

O contributo solicitado à CIG enquanto parceira do Projecto consiste em:

- Apoio às iniciativas da Escola sobre a temática de Género, nomeadamente de sensibilização da comunidade educativa, através dos seus recursos humanos e/ou informação sobre Especialistas em Género e Educação;
- Oferta de publicações para a Biblioteca da Escola
- Eventual publicação dos resultados do trabalho realizado pela Escola, no quadro do Projecto, se aqueles forem considerados relevantes pela Comissão.

3.3. – Apoio às Organizações Não Governamentais (ONG)

O Estado apoia e valoriza o contributo das Organizações Não Governamentais de Mulheres (ONG-M) na execução das políticas nacionais para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, nos termos do disposto no número 1 do art.º 7º do Decreto-Lei nº 246/98, de 11 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei nº 37/99, de 26 de Maio.

Neste sentido, a Lei do Orçamento de Estado para 2009 previu um apoio financeiro anual a conceder às ONG-M, no montante total de 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros).

A organização deste financiamento foi da responsabilidade CIG, prestando, além disso, todo o apoio logístico, técnico e financeiro, bem como o acompanhamento, controlo de execução e consequente avaliação dos programas, projectos ou acções propostas pelas ONG-M beneficiárias, de acordo com os mecanismos em vigor para o efeito.

Este financiamento foi atribuído a nove ONG-M, cuja formalização foi traduzida na celebração de contratos entre a CIG e cada uma delas.

Releva ainda o facto de a CIG contar na sua lei orgânica com uma secção onde estão representadas ONG, entre elas várias ONG-M, razão que implica um relacionamento directo com a acção no âmbito da execução de todos os Planos Nacionais sob coordenação geral da CIG e, por essa via, do III PNI.

De igual forma, através dos Grupos de Trabalho que se constituíram para a optimização da execução dos Planos Nacionais antes referidos, foi possível articular a acção e reflexões afins com as ONG que neles se inscreveram.

4. - No contexto da área 4 *Violência de Género*

As acções nesta área foram permanentemente desenvolvidas em consonância com a intervenção efectuada no âmbito do III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (III PNCVD).

Neste sentido, importa considerar o elenco daquelas acções.

Todavia, importa sublinhar a importância, entre outras, das acções desenvolvidas no âmbito do Combate à Mutilação Genital Feminina, tais como a realização de uma campanha ao nível nacional, a comemoração do dia 6 de Fevereiro como do “Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina” ou todas as acções de sensibilização e divulgação no seu contexto.

Também, releva a articulação com as medidas e acções previstas no Plano Nacional de Acção para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009 – 2013). Como se sabe, esta Resolução criou uma base política internacional que sustenta a promoção e defesa da transversalidade da dimensão da igualdade de género na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados e em todas as fases dos processos de construção da paz, entendida no seu sentido mais lato e estrutural, com aplicação tanto em países em processos de conflito armado e de recuperação de conflitos, como em países em paz, como é o caso de Portugal.

5. - No contexto da área 5 *Perspectiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento*

Ao longo de 2009, a CIG assegurou a representação internacional na generalidade das acções afins à respectiva missão e atribuições, quer no contexto da União Europeia, quer em outros contextos quer do domínio multilateral, quer bilateral.

Iguais representação e participação foram asseguradas no âmbito da Cooperação e Desenvolvimento, neste caso releva a sua participação articulada no Programa de Acção contra a Mutilação genital Feminina.

Tendo em conta que a CIG tem nas suas atribuições reportar informação sobre a situação nacional e/ou defender as posições de Portugal em matéria de igualdade de género nas instâncias e organizações internacionais, foi assegurado o acompanhamento e a participação nos trabalhos desenvolvidos por várias organizações internacionais e respectivos organismos ou agências no domínio da igualdade de género.

Em 2009, a CIG desenvolveu as seguintes actividades neste âmbito:

Na União Europeia, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Comité Consultivo para a Igualdade, o apoio à participação da CIG no intercâmbio de boas práticas promovido por este Comité, participação e elaboração de contributos para as duas reuniões do Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género, as reuniões do Grupo Questões Sociais (Preparação e acompanhamento do Conselho EPSCO: acompanhamento da Plataforma de Acção de Pequim e outros projectos de Resolução apresentados pelas sucessivas Presidências do Conselho da EU). Prestou apoio à participação de Portugal nas duas Conferências de Peritos em Igualdade pelas duas Presidências da União Europeia. Apoiou a participação da CIG na Conferência da Presidência Sueca da U.E. sobre “Medidas e estratégias para lutar contra a violência perpetrada pelos homens contra as mulheres: perspectivas para acções futuras” e a participação de Portugal na 3ª Cimeira para a Igualdade. Participou e elaborou contributos para o processo EUROMED, acompanhamento do processo de Istambul, incluindo a participação numa reunião anual EUROMED e o acompanhamento e participação na Conferência Ministerial EUROMED. Participou no Grupo de Peritos Cooperação e Género.

No âmbito do processo EUROMED, procedeu-se à elaboração do Relatório de balanço das Medidas e Acções implementadas por Portugal entre Novembro de 2006 e Maio de 2009 para o “Fortalecimento do papel das Mulheres na Sociedade”, em cumprimento dos compromissos de Istambul.

Ao nível do Conselho da Europa, a U-RI participou nas duas reuniões anuais do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CDEG), bem como nos processos de acompanhamento das Recomendações adoptadas por esta organização internacional, de acordo com os calendários por esta estabelecidos. Em 2009, apoiou ainda a participação da CIG na Conferência sobre a integração da dimensão da igualdade de género nos processos orçamentais. No que se refere às Nações Unidas, a CIG participou e elaborou contributos para a 53ª Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres (CSW).

Ainda previsto para 2009 no Plano de actividades desta unidade, figurava a Conferência Ibero Americana de Género “Mulheres, Inovação e Tecnologia”, bem como a II Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH: construindo alianças entre os Países de Língua Portuguesa para o acesso universal, que não vieram a ter lugar por decisão superior. A organização da Conferência Ibero Americana de Género, não prosseguiu atendendo a que a Conferência sectorial sobre género foi retirada da agenda da Cooperação Ibero Americana, por motivos de racionalização de recursos. Foi, contudo, dado cumprimento a várias outras solicitações entretanto dirigidas à CIG no âmbito desta cooperação e não previstas em Plano de actividades. Igualmente, não tendo sido possível realizar a II Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH por motivo dos sucessivos actos eleitorais vividos por Portugal em 2009, a U-RI cumpriu várias iniciativas destinadas ao progresso desta agenda. Para além das actividades acima enunciadas e constantes do Plano de Actividades para o ano de 2009, a U-RI realizou, ao longo desse ano, numerosas outras actividades que não estavam previstas mas que

exigiram o mesmo elevado trabalho de aprofundamento, o mesmo grau de rigor e um igual respeito dos prazos.

Ainda ao nível da União Europeia, destaca-se a participação na elaboração de contributo de Portugal para a Opinião do Comité Consultivo para a Igualdade da Comissão Europeia sobre “O futuro das políticas da igualdade de género na União Europeia”, a participação em duas reuniões do Fórum sobre a implementação do Artigo 5 da Directiva 2004/113/EC – igualdade de género no acesso a e fornecimento de bens e serviços, a compilação dos indicadores adoptados pelo Conselho EPSCO na sua versão Portuguesa, com vista ao acompanhamento do progresso da implementação da Plataforma de Acção de Pequim e a elaboração de vários pareceres.

Ao nível do Conselho da Europa, articulou com a Assembleia Parlamentar e com o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa com vista a preparar a participação da Presidente da CIG na Conferência “Estatuto e participação política: as mulheres, actoras de mudança na Região Euro mediterrânica” e interveio nessa conferência.

A CIG participou no Grupo de trabalho encarregado de elaborar o Plano Nacional para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que se refere ainda às Nações Unidas, é de salientar o grande investimento feito no lançamento da versão Portuguesa do Relatório da UNIFEM “Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009: Quem Responde Às Mulheres? Género e Responsabilização”, bem como do seu sumário executivo que passou por uma primeira revisão da tradução destas publicações para Português e a organização do Seminário de lançamento desta publicação, actividades essas não previstas em Plano de actividades. Destaca-se ainda a elaboração do Relatório de Portugal em resposta ao Questionário da Comissão Económica das N.U. para a Europa sobre Pequim +15 – Avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995), no âmbito do contributo da região Europa para a revisão global do processo “Pequim+15 que coincidiu com a preparação da 53ª Sessão da CSW. Elaborou resposta ao questionário da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre o “Reforço dos mecanismos nacionais para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres”. Preparou e participou na Reunião da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa para Pequim +15 “Novos desafios e oportunidades para a Igualdade de Género na Região da Comissão Económica para a Europa: questões chave e respostas de política”. Elaborou os contributos da CIG para Relatórios nacionais sobre o cumprimento dos Tratados de Direitos Humanos por Portugal. Preparou a participação da CIG no exame de Portugal junto do mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e participou na delegação Portuguesa à sessão de defesa do relatório de cumprimento, por Portugal, dos Tratados de Direitos Humanos perante esse mecanismo. Respondeu a numerosos pedidos de parecer no âmbito das Nações Unidas.

Preparou e participou na 98ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

No âmbito da CPLP, foram realizadas as seguintes actividades com vista a dar sequência aos compromissos assumidos por Portugal na I Reunião Ministerial Mulheres e VIH/SIDA, realizada no Rio de Janeiro em 2008: Organização de videoconferência entre Portugal e Brasil realizada para discussão da operacionalização dos compromissos decorrentes da I Reunião Ministerial de Políticas

para Mulheres e VIH; organização de Reunião com o Brasil e com representantes do FNUAP em Nova Iorque, 4 de Março 2009, com vista à apresentação dos resultados da Videoconferência supra referida e perspectivar os futuros desenvolvimentos para o progresso da agenda “Mulheres e VIH/SIDA”; realização de diligências para integrar a temática Mulheres e VIH/SIDA na agenda da Reunião da Ministros da Saúde da CPLP, a realizar em Lisboa a 14 e 15 de Maio 2009 e reformulação do documento contendo os termos de referência par a criação, ao nível da CPLP, do Grupo de Trabalho “Comunicação e Advocacy - Mulheres e VIH/SIDA” enquanto iniciativa CPLP, proposto pelo Coordenador para o VIH/SIDA.

No que se refere à Cooperação Ibero-Americana, destaca-se a participação na 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, em Trinidad e Tobago; a preparação e participação na Reunião das Altas Autoridades Responsáveis pelas áreas da Não Discriminação, Igualdade e Diversidade dos Países Ibero-americanos, organizada pelo Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo Argentino (INADI); várias actividades de colaboração com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB); as diligências realizadas para assegurar que as preocupações expressas nos pontos 28 a) e b) dos acordos emanados da 43ª Reunião da Mesa Directiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe fossem reflectidas nos documentos políticos a adoptar na XIX Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo sob o tema: “Inovação e Conhecimento”, realizada no Estoril; organização de visita à CIG de Directora Geral de Políticas da Igualdade e da Inclusão do Paraguai.

Ainda na área internacional, foram desenvolvidas por outros núcleos da CIG, as seguintes actividades:

- Participação na Conferência Europeia intitulada: “Qual a relevância da Igualdade de Género para o Crescimento Económico e para o Emprego?”, organizada pela Presidência Sueca da União Europeia, que teve lugar em Estocolmo de 15 e 16 de Outubro de 2009, com o objectivo de reflectir sobre o balanço da Estratégia de Lisboa e informar sobre as três grandes prioridades na área da igualdade, designadamente, a promoção de medidas para a igualdade de género; a promoção de medidas de apoio às famílias e a promoção de políticas de emprego, no sentido de assegurar não só o posto de trabalho, como ainda a conciliação da vida familiar, pessoal e profissional.
- Participação e intervenção na Cimeira Mundial da Família+5, subordinada ao tema “Famílias em Equilíbrio – Alcançando Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher”, promovida pela Organização Mundial da Família, que teve lugar em Istambul de 4 a 7 de Dezembro de 2009, com objectivo de reflexão sobre as políticas de família em consonância com o cumprimento da Meta 3 - Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres - Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, onde se analisa as tendências e desafios globais do impacto de género nas responsabilidades familiares dos homens e das mulheres, destacando-se os papéis e as funções em todas as culturas, bem como adopção de uma declaração sobre políticas de família.

- Preparação de contributos da CIG para o Relatório Global de 2011 da OIT-Organização Internacional do Trabalho.
- Participação no Grupo de Trabalho do Comité Consultivo da Comissão Europeia para a elaboração da Opinião sobre o futuro das políticas para a Igualdade entre Mulheres e Homens, após 2010, e para um eventual 2º Roteiro para a Igualdade. A coordenação dos contributos de Portugal por parte da CIG envolveu um Grupo de Trabalho interno e reuniões de trabalho, em diferentes momentos, que envolveram também duas especialistas externas – Regina Tavares da Silva e Maria do Céu da Cunha Rego –, bem como a integração dos contributos de outra especialista externa, Virgínia Ferreira.
- Participação na Delegação Portuguesa presente na Conferência Europeia de Peritos/as New Ways in Overcoming Gender Stereotypes, realizada pela Presidência Checa da União Europeia, a 27 de Maio de 2009, em Praga. A Conferência incidiu sobre duas áreas: a educação e os media.
- No quadro da UE, e respeitando o compromisso assumido pela tutela na Conferência de Encerramento do AEIOT, a CIG, como membro de pleno direito à EQUINET – Rede Europeia de Mecanismos para a Igualdade, fez-se representar pelo N-CRA na Assembleia Geral desta plataforma, em Bruxelas, e participou numa acção de formação “Acesso aos Direitos” em Dublin, acolhendo e organizando posteriormente uma formação em Lisboa, em Outubro, sobre “Practical use of EU anti-discrimination laws: Trial simulation”.
- Em Maio, a CIG esteve representada na Reunião Anual de Mecanismos para a Igualdade, no quadro da Campanha da UE “Pela Diversidade, Contra a Discriminação”, em Bruxelas, que teve como objectivo a apresentação, por parte da CE, de um ponto de situação da Campanha e as actividades previstas para o segundo semestre de 2009.

São ainda de salientar outras actividades, nomeadamente: i)- Reunião a nível do TSH – Conselho JAI “Brainstorming on Anti-Trafficking Day”, Bruxelas (Janeiro); ii)- Participação na “Meeting on a Feasibility and Assessment Study on a European Hotline for Victims of Trafficking in Human Beings” Conselho JAI, Fevereiro - Bruxelas; iii)- Participação na “Joint Analysis, Joint action – Conference of EU National Rapporteurs on Trafficking in Human Beings” Presidência Checa da UE – Março/Abril - Praga; iv)- Conferência Internacional sobre Mutilação Genital Feminina na UE- Abril - Bruxelas; Simpósio sobre os aspectos legais da MGF - 18 de Maio - Ghent; v)- “Preventing and combating Trafficking in human beings: Reducing prostitution and sexual exploitation expert conference” - 3 de Junho - Pilsen, República Checa no âmbito da Presidência Checa da UE; vi)- Participação na “Meeting of National Rapporteurs or equivalent Mechanisms” - 17 e 18 de Junho em Bruxelas; vii)- Conferência de Alto nível da OSCE contra o Tráfico de Seres Humanos - 14 e 15 de Setembro em Viena; viii)- 3ª reunião do Comité das Partes da Convenção do Conselho da Europa sobre Luta Contra TSH -

Setembro - Estrasburgo; ix)-Participação na reunião anual de Implementação Dimensão Humana HDMI/2009 – Outubro - Varsóvia; x)- Participação no seminário da Presidência Sueca alusivo à comemoração do Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 19 e 20 Outubro, Bruxelas; xi)- Participação no seminário “Supplementary Human Dimension Meeting on Gender Equality with Special Focus On Violence Against Women” – OSCE - 5 e 6 de Novembro, em Viena; xii)- Participação na “Expert Conference on measures and strategies to combat men’s violence against women” 9 de Novembro em Estocolmo; xiii)- reunião do projecto “Living Together”, Novembro em Estocolmo; xiv)- Audição sobre os Mecanismos de Revisão Periódica da Convenção dos Direitos Humanos - 3 e 4 Dezembro em Génève; xv)- No âmbito do projecto EQUAL e da participação da CIG na rede temática sobre conciliação o NCRA esteve presente numa visita técnica em Munique.

Também, releva a importância da participação nas acções afins a diversos programas internacionais, a saber:

i)- Projecto EQUAL e-Qualificação *(aplicado em Portugal)*

A participação da CIG esteve centrada na Acção 3 “Apoio às acções de disseminação dos produtos/resultados do Projecto”, aprovados na Acção 2 (aprovado em Janeiro de 2008 - entidade promotora ANIMAR), concretizando-se nas seguintes actividades:

- Divulgação do Referencial de formação à distância - Curso de Cidadania e Igualdade de Género para públicos estratégicos (Técnicos/as do 3º sector e conselheiros/as para a Igualdade);
- Divulgação do Manual de 9 cursos formativos em suporte digital - CD-ROM;
- Plataforma de Ensino à Distância para o 3º sector;
- Preparação da informação para o Site da CIG;
- Preparação e organização de *workshops* formativos para públicos estratégicos;
- Realização de uma acção de formação do Curso de Cidadania e Igualdade de Género a ministrar com as autarquias (Cascais, Seixal, Oeiras, Odívelas, Loures), CIPA-Serviço de Igualdade dos Açores, ONG de desenvolvimento local e Universidade Nova de Lisboa;
- Realização de reuniões de trabalho com a Equipa Técnica do Projecto para preparação do balanço do projecto, relatórios de avaliação e preparação de protocolo de cooperação.

ii)- Projecto EQUAL Conciliar é Preciso *(aplicado em Portugal)*

A participação da CIG neste projecto concretizou-se, no plano nacional, nas seguintes actividades:

- Preparação, validação de conteúdos e manutenção do portal “Conciliar é preciso” (pesquisa, triagem, selecção dos conteúdos e introdução dos dados);
- Preparação de Relatório Final com apresentação de dados estatísticos sobre a área da igualdade e conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.

iii)- Projecto “Diálogo social e igualdade nas empresas” *(aplicado em Portugal)*

A CIG colaborou nas seguintes actividades do projecto:

- Reuniões de trabalho com a equipa técnica do projecto para preparação e preenchimento do balanço e avaliação do projecto e, avaliação e preparação de iniciativas no âmbito da Rede RSO.

iv)- Sacausef (aplicado em Portugal)

Foram retomados os contactos com a ERTE/DGIDC com vista a dar continuidade à colaboração da CIG nas actividades desenvolvidas por aquele organismo no âmbito das TIC.

v)- Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos.

As organizações não governamentais pela promoção da cidadania e de novas oportunidades na comunidade” - [Projecto PT OO32] – EEA GRANTS

Este projecto visava promover a cidadania activa e aumentar o impacto das organizações da sociedade civil na comunidade, através do financiamento de pequenos projectos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais ou outras entidades sem fins lucrativos (isoladamente ou em parceria), em três sectores prioritários: 1. Promoção dos Direitos Humanos e Reforço da Cidadania, 2. Participação Social e Cívica das Pessoas Jovens na Comunidade e 3. Empreendedorismo e Empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos socialmente vulneráveis

Esse desafio foi aceite por mais de 100 organizações, traduzindo-se nas 108 candidaturas recebidas. O Comité de Acompanhamento que avaliou as candidaturas foi constituído, para além da CIG, por representantes da Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do EEE, do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P; do Instituto da Segurança Social, I.P.; do Instituto Português da Juventude, I.P.; e de representantes das ONG, Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e da Secção das ONG do Conselho Consultivo da CIG.

Foram aprovadas a financiamento catorze entidades: Africanos de VFX – “Jovens em Acção”, Sons da Lusofonia – “oficina Portátil de Artes”, ILGA – “Centro LGBT”, CPR – “Começar de Novo”, Chapitô – “Artes de Viver”, Rede Ex Aequo – “Projecto Inclusão”, SOS Racismo – “Agita-te pelos Direitos”, Inst. Luso-Ilírio – “SET”, Inducar – “Democracia Participativa”, Aguncheiras – “Casa Eco Criativa”, CerciPortalegre – “Aprender a Crescer”, Arruaça – “Assoma-te”, PAR – “Na Europa Eu Conto”, Sentidos e Sensações – “promoção da saúde sexual na população portadora de deficiência visual”.

Dos 14 projectos, cinco contam já com um ano de execução técnica, sendo visível alguns resultados físicos. Os restantes projectos apenas se iniciaram formalmente em Abril de 2009. Foi necessário prolongar alguns meses o tempo de execução do projecto devido aos atrasos no arranque de alguns projectos.

No mês de Março, foi elaborado o Project Interim Report dando origem a um novo Project Implementation Plan, o instrumento guia da execução financeira e qualitativa do Fundo que irá financiar os 14 projectos. Em Maio decorreu a Reunião Anual do Mecanismo Financeiro do

Espaço Económico Europeu, onde foi feito um pequeno resumo da implementação do Fundo em Portugal, registando elevadas expectativas junto dos países doadores.

O coordenador do projecto foi convidado a participar e a moderar um painel de discussão na Conferência de Intermediários do Fundo ONG do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu “EEA and Norway Grants” que teve lugar em Oslo nos dias 16 e 17 de Junho de 2009. Nesta conferência, promovida em conjunto pelo Norwegian Helsinki Committee e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, apresentou-se o retrato actual da implementação do Fundo ONG na Europa, permitindo uma troca de experiências entre as entidades intermediárias e organizações da sociedade civil norueguesa.

No dia 13 de Outubro de 2009 foi feita uma visita de acompanhamento à CIG pela Unidade Nacional de Gestão e pelo Ponto Focal Nacional com vista à verificação da Execução do Projecto.

Realizou-se ainda a 14 de Dezembro uma Reunião do EEAGRANTS, na DGOTDU, promovida pela Unidade Nacional de Gestão, com o objectivo de esclarecer os procedimentos sobre os pedidos de pagamento ao MFEEE.

vj)- Projecto (Gender Mainstreaming in the Environment and Territory Politics) [Projecto PT OO32] – PROGRESS

Este projecto visava promover um “Estudo diagnóstico e criação de indicadores de género nas áreas do Ambiente e Território” que permitisse um melhor conhecimento e definição dos conceitos-chave relacionados com o mainstreaming de género no âmbito da valorização do território, em particular na área do “ambiente e território”, especialmente no sector das “infra-estruturas/acessibilidades e transportes”. Durante 2009 traduziu-se para inglês o estudo e Guia “Género, Ambiente e Território”. Elaborou-se ainda o relatório final e conseqüente pedido de saldo final e preparou-se uma nova linha de financiamento na área da Não Discriminação.

vii)- Projecto EQUAL Humanus CAM (aplicado em Portugal)

Foi efectuada uma sessão de disseminação dos produtos resultantes do projecto Humanos CAM para Autarquias e ONG, realizada nas instalações da Associação Humanidades. Esta sessão contou com a participação de 12 autarquias e 8 ONG e a avaliação de satisfação foi Excelente.

No âmbito deste projecto, a CIG participou ainda na “Mostra de Soluções de Inovação Social” na Região Autónoma da Madeira do EQUAL onde foram apresentados os produtos do projecto, em particular do módulo de formação em Igualdade de Género. Foi também efectuada a dinamização de formação no âmbito do projecto, na Câmara Municipal do Funchal. Na Região Autónoma dos Açores foram igualmente apresentados os produtos do projecto.

Para além da Região Autónoma da Madeira e dos Açores, foram realizadas acções nas Direcções Regionais de Educação do Norte, Centro e Sul, tendo este projecto, concluído no segundo semestre de 2009, sido escolhido pelo gabinete de gestão EQUAL para integrar os projectos mais relevantes realizados em Portugal.

viii)- Projecto Internacional Ellos También

Promovido pelo Serviço Galego para a Igualdade, este projecto tem como parceiros a Direcção Geral da Mulher da Junta de Castela e Leão, a CIG e as Associações de Homens para a Igualdade da Galiza e de Leão – Homes pola Igualdade e Promoteo –, contando, ainda, com a colaboração das Associações Hombres por la Igualdad, de Aragão, Hombrecitos de Madera, de Jerez e AHIGE.

Os objectivos deste projecto são: a promoção de redes de intercâmbio de informação, experiências, resultados e boas práticas em matéria de conciliação e co-responsabilidade, a partir da actuação das associações de homens para a igualdade e a criação de plataformas de experimentação para o desenvolvimento conjunto de serviços, metodologias, ferramentas e produtos que fomentem a aprendizagem mútua de novos enfoques e novos modelos de gestão.

As actividades atribuídas à CIG foram:

O levantamento das Associações de Homens para a Igualdade no quadro do espaço europeu - através do contacto institucional, foi solicitado pela CIG informação sobre a existência de Associações de Homens para a Igualdade a todos os serviços públicos para a Igualdade do espaço europeu, bem como às estruturas para a Igualdade, centrais e regionais, de Espanha;

A organização da primeira sessão de experimentação do curso de formação, a cargo da Associação Homes Galegos pola Igualdad, destinado a adolescentes do sexo masculino, em idade escolar, iniciativa inédita em Portugal organizada conjuntamente pela CIG e a Direcção da Escola Básica Integrada de Fragoso, realizada a 26 de Novembro, com a duração 3 horas, foi dinamizada por Francisco Nebril García e por Jorge García Marín da Associação Homes Galegos pola Igualdad e envolveu 15 alunos do 9º ano de escolaridade;

A integração da Escola na parceria que, a nível nacional, a Comissão desenvolverá no quadro do Projecto, na continuidade a dar ao mesmo em 2010;

A representação da CIG, a cargo do seu Vice-Presidente, no Encerramento do Seminário Internacional do Projecto, a par da Directora Geral da Igualdade da Galiza, e apresentação dos resultados da pesquisa no 2º painel do mesmo Seminário, realizado a 18 de Dezembro de 2009, em Santiago de Compostela;

A CIG participou ainda nas seguintes actividades: três reuniões de trabalho do Projecto ocorridas, respectivamente, a 30 de Outubro, em León, a 27 de Novembro, no Porto, e a 17 de Dezembro, em Santiago de Compostela; a organização da reunião realizada em Portugal, no Porto e o balanço dos resultados obtidos e elaboração de uma proposta de continuidade do Projecto em 2010.

ix)- Projecto Grundtvig

Em Fevereiro, foi submetida a candidatura “Prevenir a violência de género em jovens adultos” no âmbito do Projecto Grundtvig, do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida. Esta candidatura foi aprovada e conta, para além da CIG, com quatro parceiros de França, Espanha e Itália. No âmbito deste Projecto foram realizados dois seminários, em Toulouse e em Forlì



(Itália), nos quais a CIG esteve representada. O seminário a realizar em Portugal, em Julho de 2010, será organizado pela CIG.

- x)- Preparação de dossier de candidatura a um projecto co-financiado pela Iniciativa Comunitária “Daphne III”, na qualidade de parceiros transnacionais com entidades congéneres Espanha, Inglaterra e Alemanha

III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)

Execução

Áreas	Nº de medidas previstas	Nº de medidas executadas	Nº de medidas em execução	N.º de medidas não iniciadas	Taxa de execução (*) <i>(executadas + execução)</i>
1 - Perspectiva de Género em todos os Domínio de Política enquanto Requisito de Boa Governação	22	2	17	2	86,4%
2 - Perspectiva de Género nos Domínios Prioritários de Política	76	8	64	4	94,7%
3 - Cidadania e Género	28	1	24	3	89,3%
4 - Violência de Género	7	0	6	1	85,7%
5 - Perspectiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento	22	0	22	0	100,0%
Total	155	11	133	10	91,2%

(*) - Nota: Dada a calendarização da execução da generalidade das medidas, na sua maioria com implementação ao longo da vigência de todo o Plano, a taxa de execução deve ser apurada agregando o número de medidas executadas com aquelas que se encontram em execução.